



ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

LEI N.º 6.103, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.
(Projeto de Lei nº. 156/18, de autoria da Vereadora ÉRIKA CHRISTINA TANK MOYA)

Dispõe sobre as diretrizes para permitir o aleitamento materno no âmbito das instituições de ensino infantil do Município de Limeira e dá outras providências.

Fl. 1

MÁRIO CELSO BOTION, Prefeito Municipal de Limeira, Estado de São Paulo,

USANDO das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ saber que a Câmara Municipal de Limeira aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Pela presente Lei, as instituições de ensino infantil pública e privada no âmbito do Município de Limeira deverão permitir a entrada de mães de crianças matriculadas para a amamentação no próprio local, com o objetivo de incentivar ações de promoção, proteção e apoio à amamentação continuada na rede municipal de ensino, a fim de garantir o direito do lactente à especial proteção para o seu desenvolvimento físico, mental e social.

Art. 2º A amamentação e a ordenha do leite deverão ocorrer, quando possível, em sala própria, garantindo a tranquilidade e a privacidade da mãe e da criança.

Art. 3º As mães que optarem pela ordenha fora das dependências das instituições de ensino infantil deverão entregar os leites armazenados seguindo as normas e padrões sanitários vigentes, identificá-los com os dados da criança que irá consumi-los e assinar o Termo de Opção pelo Leite Materno.

§ 1º No Termo de Opção pelo Leite Materno deverão constar informações e orientações às mães quanto aos procedimentos adequados para coleta, armazenamento e transporte do leite materno, responsabilizando-as pelo seu adequado cumprimento de forma a garantir a qualidade sanitária do mesmo até sua entrega na unidade escolar.

§ 2º Os locais deverão observar as normas e padrões sanitários em vigência para o armazenamento do leite e oferecimento posterior à criança lactente.

Art. 4º As unidades que desenvolverem ações de apoio e incentivo à manutenção do aleitamento materno continuado receberão o selo-certificado "Escola de Peito", seguindo os seguintes eixos-indicadores para a efetivação das ações voltadas à manutenção do aleitamento materno após o ingresso dos lactentes na unidade escolar:



ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

LEI N.º 6.103, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.
(Projeto de Lei n.º. 156/18, de autoria da Vereadora ÉRIKA CHRISTINA TANK MOYA)

Dispõe sobre as diretrizes para permitir o aleitamento materno no âmbito das instituições de ensino infantil do Município de Limeira e dá outras providências.

Fl. 2

I - Eixo Famílias: acolhe e incentiva as famílias no ato da matrícula e, em outros momentos, orienta sobre a manutenção do aleitamento materno após o ingresso das crianças na unidade;

II - Eixo Equipe: orienta e envolve toda a equipe da unidade nas ações de apoio ao aleitamento materno;

III - Eixo Ambiente: organiza momentos, ambientes e materiais que acolhem e favorecem o aleitamento materno.

§ 1º As ações propostas em cada eixo deverão seguir os critérios do Comitê Municipal de Aleitamento Materno e Alimentação Complementar Saudável, em conjunto com as secretarias competentes.

§ 2º A análise das unidades interessadas em receber o selo-certificado deverá ser realizada levando em consideração as ações realizadas no âmbito escolar, disponibilizando formulário de diagnóstico de ações a ser respondido por um dos representantes da equipe gestora da unidade.

§ 3º As unidades que realizarem no mínimo 50% das ações propostas em cada eixo receberão o selo-certificado, expedido digitalmente para uso das instituições.

Art. 5º Fica o Comitê Municipal de Aleitamento Materno e Alimentação Complementar Saudável autorizado a realizar workshops, palestras e consultorias para que as instituições interessadas consigam a devida adequação à presente Lei, bem como ações de fomento e estímulo à prática do aleitamento no âmbito escolar.

Art. 6º Os entes da sociedade civil organizada, bem como pessoas jurídicas legalmente constituídas, poderão participar outorgando equipamentos necessários às instituições de ensino infantil da rede pública para a manutenção das salas de amamentação por meio de assinatura de convênio de parceria com o Poder Executivo.

Parágrafo único. Os equipamentos doados serão incorporados automaticamente ao patrimônio municipal sem ônus para o Município e não podendo sofrer alteração em sua destinação.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua publicação, conforme preceituado no Inciso III do Art. 81 da Lei Orgânica Municipal.



ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

LEI N.º 6.103, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018.
(Projeto de Lei nº. 156/18, de autoria da Vereadora ÉRIKA CHRISTINA TANK MOYA)

Dispõe sobre as diretrizes para permitir o aleitamento materno no âmbito das instituições de ensino infantil do Município de Limeira e dá outras providências.

Fl. 3

Art. 8º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

MÁRIO CELSO BOTION
Prefeito Municipal

PUBLICADA no Gabinete do Prefeito Municipal de Limeira aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

EDISON MORENO GIL
Chefe de Gabinete